



Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada **39/226**

Classificação
01504.02

Data
11.03.11



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /XI (.ª)
- PERGUNTA Número **3/47**/XI (**2** .ª)

Expeça-se
Publique-se
16/03/2011
Q Secretário da Mesa RCC

Assunto: Reconversão dos resíduos industriais produzidos em Sines, distrito de Setúbal

Destinatário: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território *Comissão de SEVOPAR, a Sua Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

11.03.11
[Signature]

A 28 de Fevereiro, numa visita a Ermidas - Sado, freguesia do concelho de Santiago do Cacém, distrito de Setúbal, a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território anunciou para o presente ano a resolução do problema das lamas oleosas de Sines, não avançando, porém, com quaisquer esclarecimentos face aos métodos a utilizar ou ao destino final para as 160 mil toneladas de resíduos industriais depositados.

Actualmente, os resíduos industriais perigosos armazenados, desde 1982, no aterro sanitário da Maria da Moita, no concelho de Santiago do Cacém, representam o maior passivo ambiental do Litoral Alentejano. Importa ainda salientar que todos os dias continuam a ser produzidas lamas no Complexo Industrial de Sines, para as quais urge encontrar uma solução que inverta a actual situação de acumulação de resíduos.

A deposição dos resíduos vindos do Complexo Industrial de Sines, que inclui a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Ribeira dos Moinhos, a refinaria da Galp e a petroquímica da Repsol, é responsável pela contaminação de dezenas de hectares de solos, bem como dos níveis freáticos, cujo nível de contaminação permanece desconhecido, uma vez que ainda não foi feita, até à data, qualquer avaliação do mesmo.

Recorde-se que Setúbal consubstancia o distrito do país com maior peso de resíduos industriais perigosos armazenados a céu aberto, pelo que urge encontrar uma solução que aposte preferencialmente na reconversão daquelas lamas, por via de tratamentos físico-químicos, no local, ao invés da sua destruição por via da co-incineração.

A procura de uma solução para os resíduos industriais perigosos de Sines tem-se vindo a prolongar no tempo, tendo-se em 2006 avançado com a hipótese de queima de lamas oleosas de Sines na cimenteira da SECIL, localizada em plena Serra da Arrábida, área recentemente candidata a

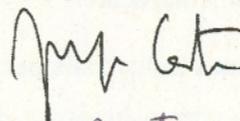
Património da Humanidade.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, as seguintes perguntas:

1. Em que consiste o programa de recuperação de passivos ambientais anunciado pelo Governo para os resíduos industriais perigosos produzidos em Sines, distrito de Setúbal? Considera o Governo promover a reconversão das lamas oleosas de Sines ao invés da sua destruição por via da co-incineração?
2. Qual o rumo que o Governo pretende dar às lamas oleosas provenientes do Complexo Industrial de Sines, quer as armazenadas, desde 1982, num aterro do concelho de Santiago do Cacém, quer as que continuam a ser produzidas?
3. Qual o método - remoção, co-incineração, tratamento no local, etc. - e em que fundamentos se baseou o Governo para a tomada de decisão do destino dos resíduos industriais perigosos originados no Complexo Industrial de Sines?
4. Tem o Governo conhecimento da realização de algum estudo e plano de caracterização dos solos industriais de Sines, bem como de um levantamento exaustivo da situação dos aquíferos que abastecem o concelho com vista à determinação do seu nível de contaminação? Em caso afirmativo, quais os seus resultados? Em caso negativo, entende o Governo promover o respectivo estudo, com o objectivo último de encontrar as soluções mais adequadas para a reabilitação dos solos contaminados naquela região do distrito de Setúbal?
5. Entende o Governo promover um estudo epidemiológico que permita conhecer os impactos deste problema nas populações?
6. Considera o Governo responsabilizar as empresas pelo tratamento adequado dos resíduos que produzem, imputando-lhes os custos pelo tratamento e inertização dos mesmos, no sentido destas procurarem soluções minimizadoras do impacto ambiental da sua produção?

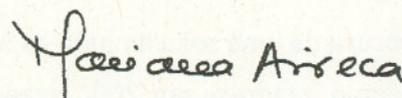
Palácio de São Bento, 14 de Março de 2011.

O Deputado



Jorge Costa
Jorge Costa

A Deputada



Mariana Aiveca
Mariana Aiveca